



ISSN: 2230-9926

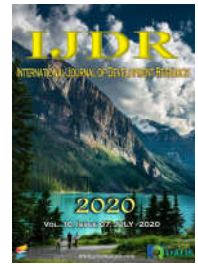
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 07, pp. 37819-37823, July, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19264.07.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E CONDIÇÕES DE SAÚDE DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Amanda Schultz Macedo^{1,*}, Gislene de Jesus Cruz Sanches², Kay Amparo Santos³,
Mona Freitas Santos⁴ and Marcio Pereira Lobo⁵

¹Enfermeira, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências/Jequié-Ba e Pedagoga pela Faculdade Adventista da Bahia. ²Enfermeira, Mestre em Ciência da Saúde, docente da Faculdade de Tecnologia e Ciências/Jequié-Ba. ³Kay Amparo Santos Duque, Mestre em Ciências da Saúde (UESB). ⁴Mona Freitas Santos, Mestranda em Enfermagem e Saúde (UESB), Especialista em saúde coletiva (UESB) e gestão da clínica (Hospital Sírio Libanês). ⁵Marcio Pereira Lobo, Doutor em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (2019) Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th April, 2020
Received in revised form
19th May, 2020
Accepted 16th June, 2020
Published online 25th July, 2020

Key Words:

Mulheres privadas de liberdade,
Condições saudáveis,
Sistema prisional.

*Corresponding author:

Amanda Schultz Macedo

ABSTRACT

Objetivo: analisar as características sociodemográficas e condições de saúde de mulheres em privação de liberdade de um município do interior da Bahia. **Método:** estudo epidemiológico, de caráter exploratório, descritivo, analítico e abordagem quantitativa, com prontuários de mulheres em privação de liberdade. Os dados foram submetidos à análise da estatística descritiva, organizando-se os dados numéricos em tabelas e distribuição em frequência absolutas, relativas e percentuais. **Resultado:** compôs a amostra, um total de 40 prontuários de mulheres em privação de liberdade com idade entre 18 e 26 anos (62,57%), tempo de privação de liberdade entre 10 a 20 meses (45,71%), com baixa escolaridade sendo ensino fundamental incompleto predominante (45,71%). Destas, 37,14% consomem bebida alcoólica, 57,14% são tabagistas, em relação ao consumo de drogas, 37,14% são usuárias de algum tipo de drogas, destacando uma maior incidência a maconha (17,14%). **Conclusão:** a análise dos dados permitiu reafirmar que população prisional feminina é composta por mulheres jovens, com baixa escolaridade e apresenta histórico de algum tipo de consumo de álcool ou outras drogas, compreender uma realidade prisional inquietante, revelando o índice de mulheres em privação de liberdade que é crescente no Brasil, destacando como fatores intrínsecos as condições de vida anterior à prisão. Portanto, são necessárias intervenções dos gestores públicos e dareal implementação das políticas públicas na tentativa de buscar possíveis caminhos fomentando a construção de alternativas para um horizonte melhor para as mulheres.

Copyright © 2020, Amanda Schultz Macedo et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Amanda Schultz Macedo, Gislene de Jesus Cruz Sanches, Kay Amparo Santos, Mona Freitas Santos and Marcio Pereira Lobo. "Características sociodemográficas e condições de saúde de mulheres em privação de liberdade", *International Journal of Development Research*, 10, (07), 37819-37823.

INTRODUCTION

A atual conjuntura da população carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. Projeções populacionais indicam que o Brasil tem uma população, aproximadamente, de 607.731 pessoas encarceradas no Sistema Penitenciário, ou seja, existem cerca de 300 presos para cada cem mil habitantes no país, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens com taxa de ocupação média dos estabelecimentos de 161% conforme é relatado pelo Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional (2014).

De acordo com o Ministério da Justiça (2014), no período de 2000 a 2014, o aumento da população de mulheres em privação de liberdade foi de 567,4%, quando comparada aos homens no mesmo período, foi de 220,2%. Apontando que a taxa de crescimento de mulheres em privação de liberdade no país é superior ao crescimento geral da população carcerária masculina, que teve aumento de 119% no mesmo período, esta maior proporção de mulheres encarceradas pode ser justificada, segundo Departamento Penitenciário Nacional, dianteadas mulheres encarceradas atualmente no país, 43% ainda não tiveram seus casos julgados em definitivo. Para

Silva (2015), em números absolutos, o Brasil tinha em 2014 a quarta maior população de mulheres encarceradas do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766) e Rússia (53.304). Estes números, com coeficientes significativamente elevados, colocam o Brasil entre as 4 maiores populações carcerárias do mundo o que torna a saúde penitenciária um tema relevante aos dias atuais. Mediante o alto número e crescimento nos últimos anos da população de mulheres em privação de liberdade, o sistema penitenciário necessita investimentos com relação a infraestrutura e na atenção à saúde destas mulheres para ofertar uma assistência de qualidade e humanizada. Para atingir tais objetivos de demanda, as condições carcerárias dependem da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, da assistência social e de acesso à justiça de maneira a ofertar uma assistência a saúde, estrutura física e programas de forma adequada a realidade vivenciada por essas mulheres durante o cárcere. A caracterização do Sistema Penitenciário Brasil, deve nos conduzir a profundas reflexões e nos preparar para as demandas particularizadas dessas mulheres, mencionam Nicolau *et al.* (2012), visto que o ambiente prisional é uma experiência traumática que levam as mulheres em privação de liberdade a desenvolverem doenças devido à quebra do ritmo do estilo de vida, o abandono, a solidão, distúrbios do sono, ansiedade, abstinências, além das infecções, uma vez que estes estabelecimentos apresentam condições relacionadas à violência, ao espaço físico limitado e a assistência à saúde incompleta ou inadequada.

Corroborando com o estudo, Mignon (2019) quando afirma que, além dos fatores relacionados aqui, o estresse, doença mental, uso de drogas, traumas psicológicos e abusos sexuais durante o encarceramento podem predizer maior dificuldade de adaptação ao ambiente prisional e, conseqüentemente, a qualidade de vida destas mulheres. Buscando traçar um paralelo entre prisões brasileiras e internacionais, através de estudos realizados para avaliar os problemas de saúde de mulheres encarceradas nos Estados Unidos, Mignon (2019), concluiu que a atenção à saúde em cadeias ou prisões foi notoriamente ineficaz ao longo da história para atender às necessidades médicas e psicológicas das mulheres em privação de liberdade. Sendo negligenciadas e consideradas pouco importantes por muitos anos tal atenção e, desta forma, poucos recursos para se prestar uma assistência de qualidade a esse público alvo de estudo. Durante o estudo, foi possível identificar uma lacuna na literatura científica em relação a implantação das políticas públicas para população feminina nos sistemas prisionais brasileiros. Este estudo permite conhecer a realidade da população específica, e a partir desta análise, discutir ações estratégicas com os gestores, equipe multiprofissionais e prestadores de serviços no intuito de assistir de forma integral e efetiva, com equidade e eficiência na qualidade de vida das mulheres em privação de liberdade. Diante do exposto objetivamos analisar as características sociodemográficas e condições de saúde de mulheres em privação de liberdade de um município do interior da Bahia.

MATERIALS AND MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, de caráter exploratório, descritivo, analítico e de abordagem quantitativa, realizado no Conjunto Penal de Jequié, Instituição médio porte, referência para 16 municípios da região do sudoeste da Bahia.

De acordo com o projeto anual da gestão da unidade, a equipe multiprofissional é composta por: seis médicos com especialidades diversas entre elas (ginecologia, cirurgia geral, clínico geral e psiquiatria), dois cirurgiões dentistas, seis enfermeiros, dez técnicos de enfermagem, um auxiliar de saúde bucal, quatro psicólogos, dois assistentes sociais, dois farmacêuticos, um nutricionista e um serviço gerais. A amostra foi obtida por meio do acesso aos prontuários das mulheres em privação de liberdade, como critério de inclusão o registro da admissão e foram excluídos aqueles com dados incompletos em relação ao objetivo do estudo.

O instrumento utilizado para realizar a coleta de dados foi uma planilha construída pelos pesquisadores no programa do Excel for Windows 2013[®] com base nas informações contidas nos prontuários das mulheres em privação de liberdade. A planilha foi organizada por numeração ordinal com as variáveis: sociodemográficas, comportamentais, estilo de vida e condições de saúde. O levantamento de dados foi realizado pelos pesquisadores durante os meses de janeiro e fevereiro de 2019 em sala reservada do módulo da Unidade de Saúde da instituição coparticipante, a fim de manter o sigilo das informações e evitar possíveis contatos das pesquisadoras com as mulheres encarceradas.

Os dados foram organizados em planilha do Excel for Windows 2013[®] com dupla digitação. Posteriormente foram processados no software Statistical Package for Social Science (SPSS versão 21.0). A análise deu-se por emprego de estatística da análise descritiva, organizando-se os dados numéricos em tabelas de distribuição de frequência absoluta e percentuais. Ressalta-se que, obedecendo às determinações da Resolução n.º 466, de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, o estudo somente foi iniciado após a autorização da instituição coparticipante e aprovação do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer n.º 3.078.378, em 12 de dezembro de 2018, CAAE: 03389718.4.0000.5032).

RESULTADOS

No período de janeiro a fevereiro de 2019, foram avaliados 40 prontuários dos quais 5 (12,5%), foram excluídos devido incompletude de dados relacionados as datas de admissão e transferência da unidade prisional, constituindo uma amostra final de 35 prontuários (87,5%) de mulheres em reclusão naquela Unidade Prisional. As mulheres em privação de liberdade apresenta uma faixa etária com maior prevalência entre 18 e 26 anos representando (62,57%), tempo de privação de liberdade entre 10 a 20 meses (45,71%), com baixa escolaridade sendo ensino fundamental incompleto apresentando um coeficiente de prevalência de 45,71% (Tabela I). Aspectos comportamentais e estilo de vida de mulheres em privação de liberdade na unidade pesquisada demonstrou que 37,14% consomem bebida alcoólica, maior frequência no consumo de cigarros 57,14%, em relação ao consumo de drogas, 37,14% são usuárias de algum tipo de drogas, destacando uma maior prevalência o consumo de maconha 17,14%. (Tabela II). Em relação às condições de saúde das mulheres em privação de liberdade pode-se verificar que 85,71% destas mulheres não apresentam hipertensão e diabetes mellitus. Assim como 77,14% das mulheres não fazem uso de medicamentos contínuos (Tabela III).

Tabela I. Características sociodemográficas de mulheres em privação de liberdade Jequié, Bahia, Brasil – 2019 (N=35)

Variáveis	n	%	Desvio padrão
Idade			
18 - 26	22	62,85	
27 – 39	10	28,58	7,122
>40	3	8,57	
Tempo de privação de liberdade			
1 - 5 meses	12	34,28	
6 - 10 meses	7	20,0	
11 - 20 meses	16	45,71	
Escolaridade			
Fundamental Incompleto	16	45,71	
Fundamental Completo	6	17,14	
Médio Incompleto	4	11,43	
Médio Completo	4	11,43	
Não Alfabetizado	1	2,85	
Não informado	4	11,43	
Total	35	100,00	

Tabela II - Características de aspectos comportamentais e estilo de vida de mulheres em privação de liberdade. Jequié, Bahia, Brasil – 2019 (N=35)

Variáveis	n	%
Consumo de bebida alcoólica		
Sim	13	37,14
Não	22	62,86
Tabagista		
Sim	20	57,14
Não	15	42,86
Consumo de drogas		
Não	22	62,86
Sim	13	37,14
Tipos de drogas utilizadas		
Maconha	6	17,14
Cocaína	2	5,7
Maconha e cocaína	1	2,85
Maconha e Crack	3	8,57
Múltiplas drogas	1	2,85
Total	35	100,00

Fonte: Arquivo da pesquisa

Tabela III - Características de acordo as condições de saúde de mulheres em privação de liberdade. Jequié, Bahia, Brasil – 2019 (N=35)

Variáveis	n	%
Hipertensão		
Sim	2	5,7
Não	30	85,71
Não informado	3	8,57
Diabetes Mellitus		
Sim	-	
Não	32	91,43
Não informado	3	8,57
Uso contínuo de medicamentos		
Sim	5	14,28
Não	27	77,14
Não informado	3	8,57
Total	35	100,00

Fonte: Arquivo da pesquisa

DISCUSSÃO

Este estudo analisou as características sociodemográficas e condições de saúde de mulheres em privação de liberdade de uma unidade prisional de um município do interior da Bahia. Os principais achados desse estudo apontam que o perfil das mulheres privadas de liberdade são jovens, baixa escolaridade, usuárias de drogas e tabagista. Por meio do levantamento de dados dos prontuários das mulheres encarceradas que constituíram o presente estudo, foi possível evidenciar que as características sociodemográficas de mulheres em privação de liberdade assemelham-se às tendências observadas nos Estados Unidos, segundo estudo realizado por Mignon (2019),

avaliando mulheres em situação de cárcere, evidenciou-se situações de vulnerabilidade extrema e risco social que incluem desigualdades socioeconômicas, escolaridade incompleta, uso de substâncias entorpecentes e alto índice de desemprego. Com base nos estudos de Borges *et al.* (2018) e do Ministério da Justiça (2016), no Brasil, na atual conjuntura, acredita-se que os principais fatores relacionados ao crescente número de mulheres encarceradas entre as faixas etárias de 18 a 26 anos deve-se ao fenômeno crescente mundial que engloba as desigualdades socioeconômicas, pobreza, uso de drogas e desemprego que levam essas jovens a cometerem crimes por fatores diversos. Corroborando com este fenômeno, surge a atuação ineficaz do Estado, nas áreas periféricas das cidades através de políticas que possam assegurar meios de prover recursos, assistência social, à saúde e segurança à população. Em relação ao grau de escolaridade de mulheres privadas de liberdade encontrada nesse estudo foi de 45,71% com ensino fundamental incompleto, o que é compatível com a literatura. Estudo nacional do Ministério da Justiça (2014) apontam o grau de escolaridade da população prisional brasileira que é extremamente baixo. Aproximadamente oito em cada dez pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental, apenas 8% da população prisional completou o ensino médio e entre as mulheres presas, esta proporção é um pouco maior (14%). Entretanto, pode haver associação com a ineficácia da implementação das políticas públicas no que tange saúde, educação, ao aumento da segurança pública, culminando no aumento da criminalidade e, conseqüentemente, no número de prisões de mulheres, além do quantitativo de casos não julgados. Já, Borges (2018) salienta que, de acordo com seus estudos em Mato Grosso com mulheres encarceradas, a inserção precoce dessas mulheres na criminalidade pode estar associada a condicionantes sociais, como baixa renda, escolaridade, entre outros.

Não obstante, é de fundamental importância atentar para o comportamento dessas mulheres encarceradas na unidade pesquisada. Neste estudo foi possível evidenciar que 37,14% das mulheres encarceradas consumiam bebida alcoólica anteriormente ao cárcere. Tal comportamento é elencado por Borges (2018) que ressalta um dos fatores que pode ser o gatilho desencadeante para o aumento da criminalidade e conseqüente encarceramento entre mulheres no Brasil e no mundo. Aspectos comportamentais e estilo de vida de mulheres em privação de liberdade na unidade desse estudo demonstrou que 37,14% consomem bebida alcoólica. Revisando a literatura sobre o consumo do álcool, foi possível analisar uma variedade de conseqüências sanitárias e sociais que podem contribuir para agravamento da saúde e do comportamento de indivíduos que fazem uso e abuso do mesmo, dentre eles o aumento da agressividade, rupturas dos vínculos familiares e redução da participação no mercado de trabalho, se tornado um dos maiores problemas de saúde pública pelos efeitos nocivos e a associação com diversas enfermidades que o abuso do álcool pode trazer relata estudos de Borges (2018). Mediante estudo de Weiss *et al.* (2018), constatou-se que no Brasil, o álcool aparece como a Substância Psicoativa (SPA) mais utilizada, ou pelo menos a mais experimentada por brasileiros. Pode-se associar pelo fato de ser lícita favorece o seu elevado consumo, sendo apontada como uma das grandes responsáveis por fatalidades em acidentes de trânsito, homicídios, suicídios e agressões entre os brasileiros (Weiss *et al.*, 2018). Outro dado alarmante e preocupante de comportamento e estilo de vida das mulheres em privação de liberdade, de acordo com Eckerdt.

Corradi-Webster, (2010), é a prevalência de mulheres que são tabagistas. Segundo análise desta pesquisa (57,14%) das mulheres encarceradas fazem uso do tabaco. Diante disto, a nicotina que se faz presente em qualquer produto oriundo do tabaco, pode ser considerada droga por possuir características de substâncias psicoativas, desta forma, ao ser consumida produz alteração no sistema nervoso central o que pode trazer modificações comportamental e emocional ao usuário podendo causar dependência de acordo com estudos do INCA (2019). O uso desta substância, tabaco, e suas consequências são vistos como agravantes problemas de saúde coletiva no país, despontando como uma das principais causas de agravos de saúde e morte da população que faz uso de tal substância. Desta forma, com o auto coeficiente de mulheres encarceradas que fazem consumo de tabaco deve levar a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério de Saúde a desenvolver ações de prevenção e controle como prioridades no intuito de sensibilizar a população dos malefícios e danos que podem levar os tabagistas a sofrerem. Estudo nacional realizado por Eckerdt, Corradi-Webster (2010), que teve como objetivo sentidos sobre o hábito de fumar para mulheres participantes de grupo de tabagistas, revelou que o organismo feminino é mais suscetível aos efeitos nocivos do fumo do que da população masculina. Esses efeitos podem comprometer a saúde reprodutiva. A mulher tabagista tem maior probabilidade de infertilidade, início precoce da menopausa e tem, ainda, o risco para desenvolver câncer do colo do útero, dismenorria, além de diversos tipos de câncer que podem acometer a população tabagista feminina.

Aliado aos efeitos nocivos que o consumo de cigarro exerce, essas mulheres se encontram encarceradas em uma estrutura física deficitária, desestruturada e que não foram pensadas nas necessidades específicas do gênero em questão. Não distante da realidade encontrada no comportamento e estilo de vida das mulheres encarceradas que consomem bebida e cigarro, surge o consumo de drogas que pode incidir nos agravos de saúde das mulheres encarceradas. Em relação ao consumo de drogas, nesse estudo, encontrou-se nos prontuários analisados um número expressivo de mulheres que fizeram ou fazem uso de algum tipo de drogas 37,14%, destacando-se o uso da maconha com 17,14%. Segundo relatos de Guimarães *et al.* (2010), o uso, o abuso e a dependência de drogas ilícitas incidem fortemente sobre a população carcerária. Contribuindo com este estudo, Lermen, Dartora, Capra-Ramos (2014) e Alves *et al.* (2017), indicam que consumo de tais substâncias psicoativas podem ter se iniciado antes do encarceramento e estar diretamente ligado à conduta delitativa e até mesmo influenciado na prisão dessas mulheres. Relatos de Araújo (2015), evidenciam que aproximadamente cerca de 700 mil de seus 190 milhões de habitantes estão em situação de reclusão em estabelecimentos penais no Brasil e, contribuindo com estes relatos Lopes, Pinheiro (2019), menciona que o número de mulheres em situação de cárcere tem crescido nos últimos anos, sendo que as mulheres em privação de liberdade representa 5% da população prisional e, desse quantitativo nacional, 63% foram condenadas por tráfico de drogas, sendo que esta pode ser considerada uma das principais causas para o aumento de mulheres presas nos últimos anos no Brasil. No presente estudo, foram identificados que as condições de saúde das mulheres em privação de liberdade com relação a alguma comorbidade como hipertensão é negado (85,71%) o que resulta em números significativos visto que a hipertensão exerce grande influência no estado de saúde do indivíduo. Da mesma forma, evidenciamos que os números encontrados são

relativamente altos para diabetes mellitus. Dos prontuários analisados de mulheres privadas de liberdade, 91,46% não são acometidas por tal patologia (DM). De acordo com do Ministério da Saúde em seu Caderno de Atenção à Saúde lançado recentemente (2017), a hipertensão arterial e o Diabetes mellitus representam os principais fatores de risco à saúde dos indivíduos, contribuindo decisivamente para o agravamento da saúde da população no território nacional. A hipertensão e o diabetes podem levar os indivíduos acometidos, em grande incidência no Brasil, à invalidez parcial ou total do indivíduo, com graves repercussões para o paciente, sua família e a sociedade.

Conclusão

O presente estudo, além de permitir conhecer a realidade de condições de vida das mulheres que vivem em privação de liberdade no Conjunto Penal que foi o objeto de estudo, foi possível conhecer as características sociodemográficas e os agravos de saúde que acometem esta população. Nesse contexto de privação de liberdade, foi possível evidenciar que a maioria das mulheres encarceradas na unidade prisional estudada é de 18 a 26 anos de idade, com baixa escolaridade e na sua grande maioria etilistas e tabagistas. Foi possível ressaltar e que sobressaiu neste estudo foi o comportamento e estilo de vida das mulheres encarceradas que em dados elevados são etilistas e estão em estado de drogadição. Podemos observar que a drogadição se tornou um problema de saúde pública que merece atenção especial das políticas públicas voltadas às mulheres encarceradas uma vez que elas podem ter iniciado o consumo antes ou durante o cárcere. A análise dos dados permitiu ainda, compreender uma realidade prisional inquietante, revelando o número de mulheres em privação de liberdade é crescente no Brasil, destacando como fatores intrínsecos as condições de vida anterior à prisão, portanto, são necessárias intervenções dos gestores públicos e da real implementação das políticas públicas na tentativa de buscar possíveis caminhos fomentando a construção de alternativas para um horizonte melhor para as mulheres no sistema prisional. O acolhimento humanizado e a assistência por parte dos profissionais de saúde que assistem diretamente estas mulheres podem ter grande impacto na ressocialização, visto que se encontram marginalizadas e necessitarão de apoio ao sair do cárcere diante de todas as situações de vulnerabilidade à sua saúde, durante o tempo que passou encarcerada, apesar da existência de inúmeros instrumentos legais que garantem a essas mulheres acesso a direitos e, conseqüentemente, a proteção da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- Alves, JP. *et al.* 2017. IEM. Perfil Epidemiológico de Pessoas Privadas de Liberdade. (Internet). Revista de Enfermagem UFPE online., Recife, 11 Supl. 10:4036-44, out.
- Araújo, TME de. Filho, ACAA. Feitosa, KVA. 2015. Prevalência de sífilis em mulheres do sistema prisional de uma capital do nordeste brasileiro. (Internet). Revista Eletrônica de Enfermagem. out./dez..174.
- Borges, AP. *Et al.* 2018. Perfil socioeconômico e sexual de mulheres privadas de liberdade. (Internet) Revista de Enfermagem UFPE online. Recife, 127:1978-85.
- Eckerdt, NS. Corradi-Webster, CM. 2010. Sentidos sobre o hábito de fumar para mulheres participantes de grupo de tabagistas. (Internet) Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.18 no.spe Ribeirão Preto May/June.

- Guimarães, CF. *et al.* 2010. Perfil do usuário de crack e fatores relacionados à criminalidade em unidade de internação para desintoxicação no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre RS. (Internet) Revista de Psiquiatria, 302, 101-108.
- INCA – Instituto Nacional de Câncer. 2019. Programa Nacional de Controle ao Tabagismo. (Internet) Ministério da Saúde. Revista Online. Brasília -DF.
- Lermen, HS. Dartora, T. Capra-Ramos, C. 2014. Drogadição no cárcere: questões acerca de um projeto de desintoxicação de drogas para pessoas privadas de liberdade. (Internet). Estudos e pesquisas de psicologia, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 539-559.
- Lopes, TC. Pinheiro, R. 2016. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. (Internet). Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 26 (4): 1193-1212.
- Mignon, S. 2016. Health issues of incarcerated women in the United States. (Internet). Revista Ciência & Saúde Coletiva, 217:2051-2059.
- Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, 2014. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen Mulheres (Internet). Brasília, DF.
- _____. Departamento Penitenciário Nacional. 2014. Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN mulheres (Internet). Brasília: Ministério da Justiça, (cited 2016 Sept 10) – Brasília, DF.
- Ministério da Saúde BR. 2018. Secretaria Nacional de Atenção a Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Tabagismo: dados e números. (internet). Brasília, DF.
- _____. Departamento de Atenção Básica. 2017. Área Técnica de Diabetes e Hipertensão Arterial Hipertensão arterial sistêmica HAS e Diabetes mellitus DM: protocolo (internet) / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Diabetes e Hipertensão Arterial. – Brasília, DF.
- Nicolau, AIO. *Et al.* 2012. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. (Internet) Revista Acta Paul Enferm. 2012.253:386-92.
- Silva, M. 2015. Saúde Penitenciária no Brasil: Plano e Política. Editora Verbena, Brasília – DF.
- Vargas, D. SOARES, J. 2014. Padrões do uso de álcool e questões associadas: Uma análise do conhecimento de enfermeiros. (internet) Rev. Escola de Enfermagem da USP, vol.48 nº 2, 482:321-8, São Paulo.
- Weiss, CV. *et al.* 2018. Prevalência da dependência de álcool em usuários de substâncias psicoativas. (Internet) Revista de Enfermagem UFPI. Jan-Mar.71:20-5.
